

O Discurso Jornalístico:

As Marcas da Representação de Classe*

Sônia Maria Ribeiro de Souza**

1. Introdução

Este texto busca analisar certas características constitutivas do jornalismo, especificamente do jornal *O Imparcial*, de Presidente Prudente, tendo como referência o uso da linguagem empregada em suas reportagens sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na década de 1990.

O eixo central da reflexão que proponho combina três aspectos principais. No primeiro busco mostrar, através das denominações mais comuns no discurso jornalístico, as estratégias usuais da mídia impressa ao referir-se ao MST; no segundo analiso até que ponto o discurso jornalístico pode ser considerado um elemento atuante na construção da imagem do trabalhador rural sem terra como inimigo; e, no terceiro, busco evidenciar o conteúdo do conflito de classe que tem, no latifúndio, o formato sócio-territorial e geográfico da expressão do poder da classe dominante. A intenção é colocar em contexto a notícia sobre os sem terra, observando as condições de produção do discurso do jornal *O Imparcial*.

O desafio passa, então, por compreender e poder acompanhar o trajeto do momento do acontecimento até a notícia publicada, e também, pela compreensão da natureza da linguagem a ser esclarecida.

A propósito das discussões, estamos diante de uma temática vinculada à matrizes ideológicas muito significativas: o texto, a terra e o movimento social. Há certamente muita coisa a compreender e a refletir sobre esse assunto. Entretanto, este texto não pretende dar conta da riqueza de desafios de pesquisa e reflexões que esse tema comporta. Antes, pretendemos focar alguns resultados de um trabalho em andamento buscando compreender a relação existente entre o MST, enquanto um movimento social forte, cuja expressão política manifesta-se no processo de construção social do território.

2. O Jornal *O Imparcial* e o Emprego da Linguagem

A linguagem jornalística é composta pela união de várias linguagens: a linguagem verbal escrita, a fotográfica, a gráfica e a diagramática (DIAS, 1996). Esta análise restringe-se à linguagem verbal escrita, mais especificamente, à questão do registro da linguagem. Também é importante destacar que estamos considerando a linguagem enquanto uma atividade mediada pelo trabalho, ou seja, da perspectiva de que ao fazermos uso da língua realizamos uma atividade de mediação. Neste caso, o trabalho, enquanto processo que nos conduz à socialização, como característico da subjetividade, ou como diz VOESE (1997, p.10): *ela é mediação necessária trabalhada, mas mediação do trabalho*, entendido como categoria mais ampla, ou seja, atividade vital fundante do ser social” (grifo do autor). A interpretação do discurso jornalístico, aqui, favorece-se desta concepção, pois ao inscrever o modo de produção da linguagem na produção social geral permite-nos situar a notícia no interior de uma intrincada rede produtiva, da organização do trabalho e dos processos produtivos. A

linguagem é trabalho simbólico e, como diz ORLANDI, 1997, p.17, “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc”. E, nesse caso, estamos nos referindo à questão da manipulação, que está intimamente ligada às práticas profissionais e às rotinas produtivas (trabalho) relacionadas ao modo de desempenhar a função de informar. Sobre o processo produtivo do texto jornalístico (FAUSTO NETO apud BERGER, 1998, p.49) diz:

“Sabe-se que o processo de construção da realidade não é inteiramente livre, no qual o jornalista é meramente um observador, e nem a notícia emerge livremente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjugação de acontecimentos e textos.

Evidentemente que as notícias correspondem a índices do real, porém os procedimentos estratégicos adotados pelo jornalista para narrar fazem com que eles não sejam livres para escolher as formas: as narrativas são elaboradas através de metáforas, exemplos, frases feitas e imagens, ou seja, símbolos de condensação. Fórmulas antigas são reatualizadas, transformam acontecimentos em notícias ... Portanto, os procedimentos estratégicos de construção da notícia são anteriores à voluntariedade do jornalista. São as “rotinas produtivas” que condicionam, dentre outras coisas, o chamado exercício profissional, na medida em que estruturam e fazem operar a lógica produtiva da organização informativa.”

Ciente que o produto da notícia é realizado “no próprio trabalho de produção do processo de publicização ... e que os media não são apenas suportes de reais construídos em outras instâncias” o autor comprova o seu ponto de vista de análise das rotinas de trabalho ao asseverar:

“... que se torna necessário conhecer o ‘modus operandi’ dos media. Para tanto é que introduzimos o conceito de ‘contratos de leitura’, ou seja, ‘saberes’, ‘regras’, ‘leis’, construídos enquanto códigos particulares a cada suporte, a partir dos quais cada jornal, rádio e TV constrói o acontecimento, mas também o ‘acontecimento rádio’, o ‘acontecimento jornal’ e o ‘acontecimento TV’”. (ibidem, p.49)

É neste sentido, que a gramática da produção do discurso pode ser compreendida pelas regras e leis que regulam o “fazer” dos acontecimentos em cada meio de comunicação, e que é correlato a uma forma de organização de trabalho situada em um modo específico de produção.

Nossa análise, então, é feita a partir do entendimento de que o jornal, como qualquer bem cultural (material ou simbólico) pertencente às diferentes classes sociais, é revelador dos valores, preocupações e interesses de grupos sociais. Não trataremos aqui, evidentemente, de analisar o jornal *O Imparcial* tendo por base Manuais de redação de outros jornais, a título de comparações, contudo, é possível verificar que há um conjunto de procedimentos que regulamenta a prática jornalística.

Cabe-nos indagar por que e como essa publicação envereda, em termos de linguagem, para uma formação discursiva que se caracteriza por uma forma específica de veicular a notícia sobre a ação do MST, através de uma linguagem recheada de jargões jurídicos.

Partimos, então, em busca das contradições existentes neste discurso como pistas de ordem ideológica. Estas, por sua vez, serão tomadas como ponto de partida para entender o que poderia caracterizar um modelo hegemônico da sociedade dentro da qual se dá o conflito dos sem-terra, e que determina, em maior ou menor escala, o que se diz na imprensa. Vejamos alguns fatos noticiados nas manchetes do jornal *O Imparcial*:

Advogado quer proteção policial permanente contra os sem-terra. (O Imparcial, 21.04.95, p.05)

Polícia militar transfere despejo de sem-terra acampados na Arco Íris. (O Imparcial, 18.04.95, p.06)

Fazendeiros querem proteção da PM. (O Imparcial, 17.07.96, p.06) *Liminar de despejo de sem-terra deve sair amanhã.* (O Imparcial, 13.01.92, p.16)

Juiz decreta prisão de líderes do MST: O juiz de direito da Comarca de Pirapozinho, Darci Lopes Beraldo, expediu decreto de prisão preventiva contra treze líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST). A medida foi baseada na denúncia do promotor de Justiça de Pirapozinho, Paulo Sérgio Ribeiro da Silva, enquadrando-os no artigo 288, parágrafo único do Código Penal, que é crime de formação de quadrilha ou bando... Segundo o juiz “as ameaças propagadas pelos líderes do Movimento estão a causar séria ameaça da ordem pública.” Como a Lei recomenda que a prisão preventiva deva ser decretada “pela segurança da ordem pública,” o juiz precaveu-se da reprodução de fatos criminosos” como os ocorridos no Pontal. (O Imparcial, 31.10.95, p.05)

“PM vai despejar sem-terra amanhã: A PM transferiu para amanhã a operação que cumprirá a reintegração de posse concedida pela justiça de Mirante do Paranapanema contra invasores da fazenda Arco Íris.”(o Imparcial, 18.04.96, p. 06).

“Sem-terras usam tática ocupações-relâmpago: Cerca de 600 integrantes do MST, que fazem parte do grupo que está no acampamento 1º d Abril, em Mirante, retornaram prática de promover ocupações-relâmpago.” (O Imparcial, 28.04.95, p. 05)

As manchetes acima publicadas atestam a preocupação do jornal com a adequação da linguagem ao juridicismo, o que também sinaliza o comportamento do Estado rumo à judicialização da luta pela terra no Brasil. É interessante observar como não há quase nenhuma variação do registro lingüístico, que diríamos haver um sentido entre os textos em veicular a notícia sobre as ações do MST associadas a caso de polícia. O uso fartamente utilizado de expressões jurídicas e ou policialescas, como por exemplo “liminar de despejo”, “reintegração de posse”, “proteção policial”, entre outras, caracterizam um discurso que atende as regras de linguagem de um determinado grupo e revela, nos parece, a flagrante tendência da informação em suprir possíveis deficiências ou dúvidas do leitor sobre a legitimidade ou não das ações do MST e com a representação de uma imagem do Movimento enquanto fora da lei, desordeiro, ilegal e ilegítimo, portanto.

SERRANO (1981) vai nos propor através da Teoria das Mediações uma categorização muito interessante e que nos ajuda a estabelecer a mediação necessária entre o fato, a notícia e os processos produtivos que envolvem o texto jornalístico, quais sejam: Plano da Situação – o que é

dado – Plano dos Princípios – o que é suposto – e o Tema – que se chega através da identificação do Plano da Situação e dos Planos dos Princípios. Assim, temos, por exemplo:

- Plano da Situação: a “Invasão”
- Plano dos Princípios: cumprimento das Leis
- Tema: propriedade privada

O que SERRANO (1981) denomina de Plano da Situação, podemos dizer que é o fato acontecido, ou seja, é o que está explícito e que coube ao jornal noticiar. No Plano dos Princípios está o que podemos denominar de conjunto de valores que orientam a redação e que normalmente não estão explicitados. Neste caso, o cumprimento da lei serve para acusar os sem terra pela “invasão” e também para justificar todo o comportamento de judicialização da luta pela terra e pela reforma agrária. O Tema, então, é o conceito por onde passam a situação e os princípios se movimentam e que permitem a interpretação da situação.

Ao “tematizar” um assunto, o jornal restringe a complexidade da vida social aos temas por ele definidos como importantes e significativos, pois a interpretação é feita conceitualmente, e entendemos que a tematização é o momento mais difícil para a produção da realidade, *“na medida em que é através dela que os media se apresentam como um sistema não apenas classificador, mas de interpretação da realidade.”* (grifo nosso) E, esse processo acontece num modo de produção específico que vai dar aos acontecimentos, forma e também o conteúdo. É aqui, na nossa compreensão, que a informação adquire um caráter valorativo sobre os acontecimentos (FAUSTO NETO apud BERGER, p. 50).

Nesse sentido, como diferenciar um relato objetivo de uma versão tendenciosa quando, em vez da narração dos fatos, temos juízes, promotores, advogados e testemunhas se confrontando num caso criminal? Penso que aí, o grau de distorção dos fatos atinge dimensões assustadoras. O preconceito, o prejulgamento, a dificuldade em dar uma idéia exata do que aconteceu transparecem cada vez que um acontecimento é traduzido para uma linguagem forense. Aí vemos materializada a tendência da reportagem para transformar-se em juízo de valor e preconceito.

O poder da mídia sobre o MST, veiculando para a sociedade “uma versão dos fatos”, “um discurso fragmentado”, nada mais é do que o resultado do filtro ideológico pelos quais passam as reportagens a serem levadas a público. Entretanto, o aparelho ideológico, no caso o jornal *O Imparcial*, utiliza-se do MST, pois se não houver a ocupação, não há a “invasão” que, por conseguinte, não se transforma em notícia. Dentro desta mesma lógica, o projeto de transformação social proposto pelo MST, utiliza-se de forma estratégica das ocupações como materialidade de sua ação e, a partir dela, constrói a dimensão ideativa, ou seja, o território pretendido. Daí ser importante pensarmos o papel do jornal que, comumente, ao veicular a notícia, o faz numa perspectiva alienante e trata a luta pela terra como fruto de uma vontade e ações desordenadas de grupos, desvinculando-as das questões postas pela nova ordem econômica.

No que é possível adiantar, podemos apreender alguns aspectos das formações discursivas do jornal, através da interpretação das notícias veiculadas. Este tipo de interpretação retrata a representação da realidade que se estruturou nas últimas décadas e expressa a aliança com a grande propriedade fundiária no Brasil.

Há uma lógica de equivalência que, à primeira vista, não explicita contradições, conflitos e diferenças de interesses da sociedade e de suas elites. Talvez esteja em processo uma nova concepção de poder e das condições de sua reprodução: um poder que se fortalece e com a ajuda da

informação procura legitimar-se e legitimar o ponto de vista dos latifundiários. Pois, o jornal em alguns momentos utiliza-se do discurso direto, penso, como estratégia que contribui para o fator distanciamento. Aproxima o texto do compromisso com a veiculação da notícia e isenção de valores com relação ao fato. Neste aspecto é interessante observarmos o argumento do jornal no texto abaixo. Diz ele:

“Sem-Terras ocupam três fazendas no Pontal: Desde a madrugada de domingo já chegaram cerca de 2.500 famílias do Movimento Sem Terras no município. Elas ocuparam inicialmente as fazendas Haroldina e Arco Íris, num total de aproximadamente 4.600 hectares. Durante a manhã de ontem, vários grupos que estavam acampados na fazenda São Bento iniciaram a ocupação da terceira fazenda Canaã. São cerca de 970 famílias que esperam ampliar a área ocupada, que estava definida em torno de três hectares por família. Segundo informações de um dos coordenadores do Movimento Valter Gomes, estão cadastradas para a ocupação da área 4.500 famílias em toda a região do interior paulista. Para evitar transtornos com o assentamento, desta vez, não permitiremos a ocupação da área por famílias que não sejam do Estado de São Paulo.” (O Imparcial, 04.04.95)

Ao lermos a notícia fica claro que o jornal tem a pretensão de encaminhar a redação para um estilo equilibrado, correto, que daria ao jornal uma teórica e utópica unidade lingüística, com a vantagem de colaborar com a imparcialidade e a mais pura informação dos fatos. Observe-se o privilégio dado à fala do representante do Movimento em detrimento dos proprietários das áreas; o termo “ocupação” ao invés do sempre utilizado “invasão”. Essa preocupação em enfatizar a ação, o fato, revela-nos uma forma de mascaramento da posição do jornal, ou seja, é uma maneira de contribuir para a idéia de um discurso objetivo, isento e imparcial da notícia. Até porque essa é uma prática bastante comum no jornalismo. Todos se dizem neutros, quando na realidade eles mesmos sabem que é impossível a imparcialidade no relato de qualquer fato jornalístico. A verdade é que essa pretensão nem sempre se realiza e a variedade e o impacto das notícias acabam levando esse estilo para fora dos parâmetros previstos, além de desvendar um discurso ideológico e a serviço da classe dominante.

Se nos reportarmos às manchetes anteriormente citadas veremos confirmado o nosso argumento, isto é, a forma como na tessitura do texto o jornal vale-se de estratégias típicas que permite-nos aproximá-lo de um discurso ideológico.

Aqui nos aproximamos, então, da idéia de que há um “mais” que é preciso desvendar e que também nos afasta da idéia da neutralidade do discurso jornalístico, de que não há relação entre discurso e ideologia: neste caso seria negar a formação de uma sociedade que abriga conflitos entre classes, onde o discurso se formasse totalmente desvinculado de um jogo de relações de poder e de interesses. Ou conforme diz Foucault (1987, p.149), é “*graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo*”.

É certo que o texto do jornal *O Imparcial* não nos permite encontrar, na variação de suas seções, um discurso homogêneo, nos vários níveis de análise. Porque, mesmo admitindo que o texto do jornal seja marcado por uma linguagem ideológica, não se pode deixar de reconhecer que existe um processo de elaboração que obedece aos princípios de uma redação minimamente comprometida com os acontecimentos. Isto é, o texto do *O Imparcial* não é uma transcrição da fala dos latifundiários, o que ocorre, porém é a presença constante do uso de uma linguagem quase sempre negativa e depreciativa das ações do MST.

Existe uma diferença marcante entre a linguagem das manchetes e a das notícias. Em princípio, é nas manchetes que se encontram as mais freqüentes pistas ideológicas: as frases de efeito, as frases feitas, a dubiedade. As manchetes merecem cuidados especiais porque delas depende o sucesso de venda do jornal. E é justamente aí que se constrói, rapidamente, o discurso da violência. Isso nos aponta para a importância de se estar alerta à representação da violência, ou ainda, ao discurso que a elabora. Relacionar a questão da violência sofrida pelos trabalhadores rurais à situação de dominação, tanto social quanto política implica observá-la sob a ótica do poder, pois numa sociedade com antagonismos sociais, a violência reveste-se de um caráter de classe, e mais, torna absolutamente natural o tratamento discriminatório dispensado aos trabalhadores rurais, aliás ela até se justifica.

Não vamos discutir aqui conceitos de violência, mas o que é relevante considerar é que o discurso veiculado na imprensa é um ingrediente da violência, à medida que contribui para tornar normais e integradas ao cotidiano do leitor os estereótipos, através das adjetivações como “baderneiros”, “invasores”, “chefes”, “radicalismos”, “guerrilheiros” entre outras tantas que compõem a escrita do jornal *O Imparcial*.

3. Considerações Finais

A análise apresentada tentou deixar claro, que a força de um discurso – o jornalístico – pode ser uma das maneiras mais eficientes de expressar o exercício de dominação estabelecida a partir dos meios de comunicação, uma vez que materializam uma visão de mundo expressa a partir do compromisso com uma determinada ordem econômica, portanto com determinados postulados e interesses de classe.

Assim, acreditamos que mais forte que um compromisso social de informar e educar, está na linguagem do jornal *O Imparcial*, traduzido na forma de notícia, discurso de forte influência na construção da imagem negativa do MST, o discurso de uma elite local – a latifundiária.

Os meios de comunicação, mais precisamente o Jornal *O Imparcial*, exercem uma ação distintiva, isto é, garantem e também produzem diferenças entre os sujeitos. Daí ser a linguagem, certamente, o campo mais eficiente de instituir desigualdades. Ela institui e demarca os lugares dos sujeitos não só pelo que ocultam, uma vez que o não dito carrega entendimentos implicados, mas pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinados fatos.

Nesse sentido, o que tentamos demonstrar neste texto, é que o discurso veiculado pelo jornal *O Imparcial*, acaba por categorizar a questão fundiária, na região, de uma forma que afasta qualquer possibilidade de compreensão dos objetivos daqueles que lutam pela posse da terra e pela reforma agrária. Transforma a luta pela terra numa questão de interesses particulares ou de lideranças. E aí, o discurso constrói diferenças, legitima poderes, preconceitos, violência; ou seja, institui diferenças que estão implicadas em relações de poder. E ao legitimar estas relações desiguais de poder o jornal transforma aquilo que é particular, discurso de uma classe, em uma idéia universal. Segundo Chauí (1985), é aí que se confirma o caráter ideológico de um discurso. Assim, a representação que *O Imparcial* faz do MST está impregnada de ideologia que, por sua vez, permeia a estrutura social e, portanto, o modo de perceber o fato corresponderá aos pressupostos desta mesma ideologia.

O ataque ao projeto do MST, dirige-se em particular às novas formas de resistência e de luta dos trabalhadores rurais. “A invasão é crime”, “os trabalhadores rurais são inocentes úteis nas mãos de espertos e de partidos políticos”, e tantas outras interpretações que são possíveis de fazer a partir de uma leitura atenta do jornal. Questionando seus efeitos na produção da notícia, problematizando a espacialização de uma prática, nos jornais, que ao falar/escrever sobre o MST, posicionam pessoas em espaços, produzindo e fixando identidades.

4. Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BERGER, C. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo, 1985.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Campinas: Unicamp, 1973.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MOREIRA, Rui **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1987.

SERRANO, M. M. **La mediación social**. 3ª ed. Madrid: Akal, 1981.

SOUZA, S. M. R. **O discurso jornalístico e o MST**: o fato e a interpretação. Relatório de Estágio Não Obrigatório. FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2000.

THOMAZ JR., A. “*Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classes.*” In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 24, Porto Alegre: AGB Porto Alegre, 1998.

_____. **Desenho societal dos sem-terra no Brasil** (mimeo).

VOESE, I. **O movimento dos sem-terras na imprensa**: um exercício de análise de discurso. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 1997.

* Este texto é produto de projeto de estágio não-obrigatório intitulado “O fato e a notícia: a participação da imprensa no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema”, concluído em março de 2001, sob orientação do Professor Antonio Thomaz Júnior.

** Estudante do 3º ano do Curso de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).